

## ***REGULAMENTO DE APOIO JURÍDICO AOS ASSOCIADOS DA ANAG-GNR***

Uma das finalidades da ANAG-GNR, é proporcionar a todos os seus associados apoio jurídico, no intuito de uma melhor defesa dos seus direitos e interesses, bem como acompanhamento e aconselhamento jurídico, em processos disciplinares, penais ou de natureza administrativa, relacionados com o desempenho das suas funções e do vínculo profissional à Guarda Nacional Republicana.

Assim, e no intuito de realizar um serviço com equidade para com todos os associados da Associação, foram definidas as seguintes medidas para a prestação desse apoio:

### **Artigo 1º**

#### **Beneficiários de Apoio Jurídico**

Beneficiam de apoio jurídico todos os associados inscritos na ANAG-GNR, com todas as quotas pagas, desde do mês da prática dos factos, nas condições estabelecidas no presente Regulamento.

### **Artigo 2º**

#### **Associados da ANAG-GNR**

São associados da ANAG-GNR todos os profissionais da Guarda Nacional Republicana que se encontrem no ativo de serviço, na reserva ou na reforma.

### **Artigo 3º**

#### **Âmbito do apoio jurídico**

O apoio jurídico consiste em proporcionar a todos os associados da ANAG-GNR uma melhor defesa dos seus direitos e interesses, mediante um aconselhamento e/ou acompanhamento jurídico.

### **Artigo 4º**

#### **Do aconselhamento jurídico**

A ANAG-GNR tem ao dispor dos seus associados a intervenção de advogados, disponíveis para aconselhamento jurídico no âmbito de processo disciplinar, penal ou administrativo.

### **Artigo 5º**

#### **Do acompanhamento jurídico**

O associado da ANAG-GNR beneficia do apoio jurídico quando:

- a) Intervenha ou seja alvo, em processo disciplinar, penal ou administrativo, em consequência do desempenho das suas funções ao serviço da Guarda Nacional Republicana;

- b) O seu bom nome e interesses pessoais ou profissionais seja posto em causa, por motivos relacionados com as suas funções profissionais.
- c) No caso de o associado, estar indiciado/acusado de crimes de corrupção, peculato, extorsão, e outros punidos com penas de prisão superiores a 8 anos, apenas beneficiam de apoio jurídico até ao terminus da fase de inquérito. Após ter sido, proferido despacho de acusação contra o militar este perde o benefício.
- d) Continuará a beneficiar do apoio jurídico no decurso de todo o processo disciplinar.

## **Artigo 6º**

### **Do pedido de apoio jurídico**

1. O associado que deseje obter apoio jurídico deve para o efeito comunicar com o dirigente da ANAG-GNR, responsável pela área jurídica, o qual facultará os contactos do advogado.
2. Todos os assuntos enfermam de confidencialidade, estando os advogados adstritos ao dever de sigilo, pelo que o assunto a tratar será apenas exposto ao mesmo.
3. Mediante a urgência do assunto a tratar e da disponibilidade de agenda, o advogado providenciará pela marcação da consulta jurídica.
4. Havendo dúvidas se o assunto em causa está ou não abrangido pelo acompanhamento jurídico o advogado deve emitir um parecer que é submetido ao secretariado da ANAG-GNR.
5. O associado que não tenha completado vinte e quatro meses de pagamento de quotas e requeira apoio jurídico, fica na obrigatoriedade de cumprir com o pagamento do remanescente dos meses em falta.

## **Artigo 7º**

### **Conflito entre associados**

Existindo um conflito de interesses entre dois associados, será concedido apoio jurídico a ambos, sendo o primeiro associado a solicitá-lo patrocinado pelo advogado da área onde presta serviço, e o outro pelo advogado da área mais próxima àquela onde presta serviço.

## **Artigo 8º**

### **Pagamento do Apoio Jurídico**

1. A ANAG-GNR faculta o apoio jurídico aos seus associados através dos advogados avençados pela Associação, de acordo com as normas estabelecidas neste regulamento, não sendo suportados quaisquer custos e honorários de advogados não avençados pela mesma.
2. As despesas e custas inerentes aos processos serão da responsabilidade dos associados, nomeadamente:

- a) As deslocações do advogado do seu escritório ao local da diligência.
  - b) As taxas de justiça e custas processuais respeitantes às ações contenciosas que se interponham, para defesa dos direitos dos associados, bem como os recursos.
  - c) Aquisição de documentos nos termos da Lei de Acesso aos Documentos da Administração (LADA).
3. As despesas e custas supramencionadas deverão ser pagas diretamente ao advogado, mediante a apresentação do respetivo recibo.
4. As despesas mencionadas na alínea a) do n.º 2 poderão ser comparticipadas pela ANAG-GNR sempre que solicitadas mediante recibo de pagamento e autorizadas pelo secretariado.
5. Quando estejam em causa os interesses da Associação e o bom nome e interesses profissionais dos seus dirigentes, por motivos relacionados com a atividade associativa, o pagamento das taxas de justiça e custas processuais será da responsabilidade da ANAG-GNR.

### **Artigo 9º**

#### **Responsabilidade dos Beneficiários do Apoio Jurídico**

- 1. O beneficiário de apoio jurídico, independentemente do processo, terá sempre que comunicar por escrito à sua mandatária do gabinete jurídico da ANAG-GNR, o interesse de recorrer ou interpor recurso da decisão.
- 2. A comunicação nos termos do n.º1, terá de ser obrigatoriamente manifestada nos primeiros 8 dias após a notificação da decisão.
- 3. Os prazos e recursos referidos no n.º 1 e os pagamentos das taxas de justiça são de exclusiva responsabilidade do advogado(a) e associado respetivamente.
- 4. O beneficiário de apoio jurídico fica obrigado a cumprir com o estabelecido neste regulamento, sob pena das cominações que daí possam advir.

### **Artigo 10º**

#### **Dispensa dos serviços do apoio jurídico**

O associado pode em qualquer momento do processo, dispensar os serviços de apoio jurídico prestados pela ANAG-GNR, devendo para o efeito comunicar por escrito, liquidar despesas e quotas que tenha para com a Associação e com o Advogado(a).

### **Artigo 11º**

#### **Os processos de apoio jurídico**

Os processos de apoio jurídico respeitantes aos associados são exclusivamente da responsabilidade dos respetivos advogados, devendo os mesmos serem entregues ao associado ou à Direção Nacional da ANAG-GNR após sua conclusão. Caso o Advogado

renuncie os seus serviços com ANAG-GNR, terá de entregar todos os processos em sua posse, no prazo máximo de 8 dias após a renúncia efetuada, ao Advogado substituto ou na sua impossibilidade à Direção Nacional da ANAG-GNR.

### **Artigo 12º**

#### **Comissão de apoio jurídico**

A comissão de apoio jurídico é constituída pelos advogados do apoio jurídico e do Secretariado da Direção Nacional da ANAG-GNR, e reunirá sempre que:

- a) O presente Regulamento não contemple qualquer situação, constituindo assim um caso omissio, sendo a mesma analisada individualmente;
- b) Surgir dúvidas quanto à concessão do apoio jurídico pela ANAG-GNR, na vertente de acompanhamento jurídico;
- c) As custas e despesas processuais com um dirigente associativo, forem suportadas pela ANAG-GNR, conforme estipulado n.º 5 do art.º 8 do presente diploma.

### **Artigo 13º**

#### **Não concessão do apoio jurídico**

O associado pode recorrer, para a comissão de apoio jurídico, do indeferimento do pedido a este apoio, sendo a sua decisão definitiva.

### **Artigo 14º**

#### **Concessão do apoio jurídico**

1. O associado que usufruir do apoio jurídico em processo disciplinar ou penal, na sequência do desempenho das suas funções, terá de cumprir o disposto n.º 5 do artigo 6 do presente regulamento.

### **Artigo 15º**

#### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação pela Assembleia Geral.

Aprovado em Assembleia-Geral de 27 de maio de 2016